

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA PROPOSTA DE CONSCIENTIZAÇÃO NA ALFABETIZAÇÃO

Fernanda Salla Brandini, Ana Gabriely Carvalho Melo, Andressa Loise Zardo, Vinícius de Oliveira Silva e Adrian Alvarez Estrada

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma discussão a respeito da importância de trabalhar a educação ambiental no âmbito escolar e salientar como sua prática contribui para a formação de sujeitos críticos e conscientes a respeito dos valores ambientais, tendo como fundamento o desenvolvimento do subprojeto de eco-alfabetização aos alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Escola Municipal Professora Maria dos Prazeres Neres da Silva, situada no município de Cascavel-PR, promovido por bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se uma abordagem qualitativa, partindo de revisão bibliográfica, com levantamento de dados e documentos já publicados, assim como relato de experiência do subprojeto de eco-alfabetização, respaldado nos referenciais teóricos de Loureiro, Talina & Meirelles e as Políticas nacionais de Educação Ambiental. Considerando o atual cenário educacional de ensino remoto decorrente da pandemia da COVID-19, é perceptível que a extensão do isolamento social transformou radicalmente o modo de vida das pessoas, principalmente no ambiente escolar. Diante dessas mudanças, e, visando o desenvolvimento da temática de alfabetização ambiental, procurou-se através de ferramentas virtuais, apresentar práticas que estimulem a preservação e manutenção do meio ambiente, desse modo, incentivando a preocupação com os cuidados referentes ao planeta Terra e conseqüentemente com seus habitantes, promovendo uma nova forma de se relacionar com a natureza e uma responsabilidade coletiva. Assim, o presente estudo compreende a educação ambiental como um recurso a ser utilizado na construção de novos hábitos e valores, mais propícios para práticas sustentáveis e menos consumistas, almejando a formação de uma consciência ambiental para os educandos e a sociedade.

Palavras-chave: Eco-alfabetização, Ensino remoto, PIBID.

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 foi marcado mundialmente pela pandemia ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2, que acarreta diversos problemas respiratórios e pode levar à morte. Em decorrência de um vírus que contém tamanho risco à vida do ser humano, buscou-se meios para conter sua disseminação. Dessa forma, o mundo entrou em um período de isolamento social.

Em meio a este panorama conturbado, a educação também foi afetada, sendo necessário repensar o processo de ensino e aprendizagem, adotando-se, então, o modelo de ensino remoto emergencial em todos os níveis da educação. O ensino remoto se deu através de plataformas digitais, redes sociais, videoaulas e material impresso, ocasionando inúmeras transformações no campo educacional. Todo esse processo influenciou em mudanças tanto dos encaminhamentos metodológicos e pedagógicos da escola, como também trouxe aos docentes e discentes a necessidade de rápida adaptação a essa nova situação.

Dentro deste contexto, desenvolveu-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), um programa integrante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculado à Universidade Estadual do Oeste do Paraná e a Escola Municipal Professora Maria dos Prazeres Neres da Silva, ao subprojeto de alfabetização. O PIBID também passou por dificuldades e teve de se ajustar às novas medidas de contenção do vírus, ocorrendo de forma virtual. Apesar das condições impostas, a qualidade dos materiais desenvolvidos não foi afetada, em todas as ocasiões houve a constante busca de maneiras distintas para que o conteúdo pudesse chegar aos alunos e às escolas da forma mais acessível e criativa possível.

Foram realizadas inúmeras ações com diferentes temáticas durante o PIBID, porém, esta pesquisa tem por objetivo relatar a importância e resultados do projeto de eco-alfabetização. A eco-alfabetização está presente na concepção de educação ambiental, conforme as diretrizes curriculares nacionais de educação ambiental e visam trabalhar a consciência ecológica e os valores da natureza. Todas as atividades realizadas objetivaram trabalhar com os educandos e seus familiares a adesão de práticas ecologicamente saudáveis e incentivá-los a adoção do uso moderado dos recursos naturais, tendo em vista que se tornem mais conscientes sobre o impacto de suas ações

no meio ambiente e compreendam a importância de preservar a natureza e assim construir um planeta sustentável e de qualidade para todos.

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa, partindo de revisão bibliográfica, com levantamento de dados e documentos já publicados acerca da educação ambiental, com base nos referenciais teóricos de Loureiro e Talina & Meirelles, bem como, relato de experiência do subprojeto de Eco-alfabetização realizado no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

O subprojeto de eco-alfabetização foi realizado dentro da perspectiva da educação ambiental, visando a conscientização dos educandos e suas famílias sobre o cuidado com o meio ambiente e a construção de um mundo sustentável. Em um primeiro momento, foram criados Folders informativos abordando a questão da coleta seletiva, a importância de dar o destino correto para o lixo, mostrando o que é possível reciclar, identificando as cores de cada coletor e ressaltando a idade de decomposição dos resíduos. Destacou-se também, a importância da sustentabilidade ambiental e de práticas sustentáveis que contribuam para construir um ambiente saudável, como economizar água e energia, utilizar água da chuva para atividades de limpeza, reutilização de água para outras atividades, reciclar o lixo, adotar meios de transportes alternativos como a bicicleta ou coletivos etc. Os folders foram enviados aos alunos juntamente com sacos de rafia para que realizassem a coleta seletiva em suas casas.

Em um segundo momento, foi construído uma história sobre a vida e o destino do aparelho celular, quando e por quem foi criado o primeiro celular, quais seus componentes, o tempo de decomposição de seus resíduos, e a forma de dar o destino adequado para cada parte. Posteriormente, foi gravado um vídeo em forma de desenho acelerado desta história e disponibilizado no grupo de WhatsApp da turma.

Em um terceiro momento, foram construídos brinquedos e jogos com materiais recicláveis, entre eles, bilboquê, jogo da trilha, jogo da memória, labirinto, pebolim, porta sacolas, entre outros, e em seguida, gravamos vídeos mostrando as instruções, regras dos jogos e como foram construídos para ser enviado aos alunos, para que eles construíssem seus próprios jogos ou brinquedos com materiais disponíveis em suas casas, incentivando

a consciência ambiental, a reutilização de materiais e a construção de seus próprios brinquedos, como tentativa de diminuição do consumo desenfreado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vivemos em uma sociedade capitalista, que nos ensina a ser consumistas desde que nascemos, preza o novo, o supérfluo e o descartável. Contudo, segundo Talina e Meirelles,

Essa lógica de mercado acelera o desenvolvimento econômico e aumenta assustadoramente o consumo dos recursos naturais. Cresce a quantidade e a variedade de produtos e bens que são consumidos e descartados e crescem também as pressões sobre o meio ambiente. As consequências imediatas são o desperdício, a escassez de alguns recursos, além da enorme quantidade de lixo e poluição (2016, p. 43).

A expansão do modo de produção capitalista, o desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico realizado por uma ordem econômica mundial marcada pela desigualdade social, corroborou para a crise ambiental que vivemos hoje. O desenvolvimento social acelerado gerou efeitos tanto positivos, quanto negativos, porém o meio ambiente sofre efeitos colaterais desse desenvolvimento, resultando na degradação ambiental (TALINA & MEIRELLES, 2016).

A Educação Ambiental (EA) surge então para promover a transformação social, conscientizar a sociedade sobre a forma como nos relacionamos com a natureza e assim diminuir a degradação do meio ambiente. Surge para assegurar os direitos de vida em um ambiente de qualidade, para construir uma sociedade mais democrática, para o exercício pleno da cidadania, a participação social, a mudança de valores individualistas e consumistas e assim colaborar para o desenvolvimento sustentável. (LOUREIRO, 2004, apud TALINA & MEIRELLES, 2016).

Em 1999, cria-se a Política Nacional de Educação ambiental, através da Lei Nº 9.795, de 27 de ABRIL de 1999, que em seu Art. 2º diz que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999). Ou seja, devendo ocorrer tanto no espaço escolar, quanto na sociedade, por meio de práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais.

De acordo com o Art. 1º da lei

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Portanto, a Educação Ambiental torna-se de suma importância na sociedade atual, devendo ser tratada de forma crítica e reflexiva, sendo abordada de forma contextualizada e significativa, onde os professores devem partir da realidade social local do educando, atingindo o âmbito global. A educação ambiental deve ser trabalhada na escola de forma interdisciplinar, em todas as áreas do conhecimento, sendo inserida nos currículos da educação básica “pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental”, de acordo com o Art. 16 e inciso I das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012).

Neste processo, é importante que o aluno se identifique como parte integrante da natureza, trazendo significado ao nosso ser no mundo, e que a partir da sua consciência ambiental e das suas ações possam contribuir para a construção de um planeta mais saudável, pois, de acordo com Loureiro, “a ação conscientizadora é mútua, envolve capacidade crítica, diálogo, assimilação de diferentes saberes, e a transformação ativa da realidade e das condições de vida” (LOUREIRO, 2002, p. 29).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que a educação ambiental é crucial para a formação de uma consciência ecologicamente sustentável para os educandos e a sociedade. Com o desenvolvimento do subprojeto de eco-alfabetização observamos resultados positivos acerca do conteúdo abordado, recebemos fotos e vídeos dos alunos realizando a coleta seletiva em suas casas, utilizando os sacos de rafia disponibilizados no PIBID e construindo os jogos e brincadeiras com materiais recicláveis.

Com isso, compreendemos que a escola é um espaço gerador de uma nova mentalidade, de construção da cidadania ambiental, e de uma nova forma de se relacionar com a natureza e a coletividade, preocupando-se com a saúde do nosso planeta e consequentemente com a vida e saúde dos seres humanos, construindo novos hábitos e

valores sociais, menos consumistas e depredatórios e buscando por outros mais sustentáveis e equilibrados.

É preciso que os professores recebam formação adequada para trabalhar com essa temática, para que a EA não seja só um conteúdo ou atividade isolada, mas uma prática educativa que deve ser desenvolvida em todas as disciplinas curriculares de forma contínua, interdisciplinar e transversal, em todos os níveis e etapas da vida e formação humana dos sujeitos.

Sendo assim, a Educação Ambiental é uma educação política, pois promove a cidadania, a liberdade, autonomia, possibilita escolhas e intervenções e busca construir uma sociedade mais democrática, justa, igualitária e equitativa para todos. A educação ambiental crítica é o caminho para a transformação social, para a formação do sujeito crítico e consciente e para a responsabilidade coletiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília DF., abril., 1999. Disponível em: <[L9795 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 09 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília DF., jun., 2012. Disponível em: <[recp002_12 \(mec.gov.br\)](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: 09 ago. 2021.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, P. P; Brasília, DF. (Orgs). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 65-84. Disponível em: <http://files.zeartur.webnode.com.br/200000044-e06b4e1651/Identidades_EA_Brasileira.pdf#page=67>. Acesso em: 09 ago. 2021.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LAYRARGUES, P. P; CASTRO, RS. (Orgs.). Educação ambiental: repensando o espaço de cidadania. São Paulo: Cortez, 69-96, 2002.

TALINA, M. D. L. T; MEIRELLES, R. M. S. Percepção docente sobre a educação ambiental nos anos iniciais do ensino fundamental. Revista Ciências & Ideias, vol. 7, n.2, 2016. Disponível em: <<https://revistascientificas.ifrj.edu.br/revista/index.php/reci/article/view/402>>. Acesso em: 09 ago. 2021.